

O PANORAMA LINGUÍSTICO DE MOÇAMBIQUE E A CONTRIBUIÇÃO DA
LINGUÍSTICA NA DEFINIÇÃO DE UMA
POLÍTICA LINGUÍSTICA APROPRIADA

JOSÉ MATEUS KATUPHA

Universidade Eduardo Mondlane

Os países outrora colónias administradas quer por um colonialismo do tipo Francófono, quer por um colonialismo do tipo Britânico podem, até certo ponto, caracterizar-se por um denominador comum na opção de uma prática linguística. Essa opção consiste em a língua do colonizador se constituir em única excepção no processo da rejeição dos valores ditos coloniais. Isto não se justificaria somente pelo facto de a língua não fazer parte da super-estrutura nem da infra-estrutura (melhor dito: pelo facto de a língua ser simultaneamente parte da infra - e da super-estrutura), mas por algo de mais complexo intrincheirado no próprio processo de colonização e descolonização desses Países.

A opção de uma prática linguística de Moçambique é, a meu ver, uma continuidade da regra geral, por um lado, e uma clivagem específica, por outro. A não existência até agora de uma Política Linguística aberta é uma das variáveis da especificidade dessa clivagem. Esta comunicação pretende apresentar a realidade linguística do País enquanto uma prática e a realidade linguística enquanto uma Política Linguística-projecto inferível do que se diz ou não se diz no discurso político. Com base nessa realidade dupla apresentarei a estratégia da intervenção da Linguística enquanto ciência técnica e social no processo de delineamento dessa Política Linguística-projecto. Isto permitirá, creio, a que os nossos colegas Linguistas portugueses possam ter uma visão panorâmica dos problemas linguísticos que enfrentamos e assim apreender a natureza dos objectos de ensino da Linguística em Moçambique, que, por algum tempo, nos farão mais técnicos apostados a resolver problemas linguísticos do que contribuintes na teoria da ciência da Linguística.

LINGUISTIC VIEW IN MOZAMBIQUE AND THE LINGUISTIC
CONTRIBUTION TO THE DEFINITION OF AN APPROPRIATE
LINGUISTIC POLICY

Countries which were once governed by a French-speaking colonialism or a colonialism of the British type may be, to a certain extent, defined by a common denominator in choosing a linguistic performance. This option shows that the colonizer's language is the sole exception to the rejection process of the so-called colonial values. This is not only due to the fact that language is not part of the super-structure or the infra-structure (or rather, to the fact that language is at the same time part of the infra - and super-structure) but due to something much more complex in the midst of the very process of colonialization and decolonialization of those countries.

Choosing a linguistic performance for Mozambique follows, in my opinion, the general rule on one hand and forms a specific gap on the other. One of the variables of this specific gap is the non-existence (until now) of an open linguistic Policy. This communication is an attempt to show the linguistic reality of the country as a performance and the linguistic reality as a linguistic Policy inferred from what is said and not said in the political discourse. Based on this double reality, I shall propose the strategy of linguistic interference as technical and social science in the process of defining that Linguistic Policy-project. I think this will enable our colleagues the Portuguese Linguists to share a panoramic view of the linguistic problems we have. They may then understand the nature of goals of linguistic teaching in Mozambique, which will for some time turn us into technicians trying to solve linguistic problems instead of participants in linguistic theory and science.

1.0. Introdução

O objectivo desta comunicação é analisar a relação existente entre a situação (sócio)-linguística de Moçambique e a opção política da comunicação linguística oficial. Apresentam-se, para tal, primeiro o enquadramento histórico da situação linguística e, em 2º lugar, a sua caracterização social e numérica. Nesta exercício, constatar-se-á a existência de um desequilíbrio real entre a prática linguística actual e a opção política de prática linguística que tacitamente vai tomando forma de uma política linguística projecto. A terceira parte da comunicação, indica as áreas de intervenção da linguística na definição de uma política coerente numa situação idêntica à de Moçambique. Tais áreas de intervenção da linguística serão por um bom período determinado concentrados na solução de problemas práticos mais do que teóricos. Isto fará com que a nossa contribuição ao desenvolvimento da Linguística como ciência dos processos de comunicação humana resida mais no plano da aplicação do que no plano teórico.

1.1. Situação linguística de Moçambique - enquadramento histórico

A caracterização socio-linguística da sociedade Moçambicana passa necessariamente pela constatação de uma multiplicidade de meios linguísticos na expressão da sua interacção social.

O substrato deste plurilinguismo resulta da confluência de Povos cuja primeira vaga (de) que a história nos reporta e a realidade linguística nos confirma foi constituída pelas migrações Bantu. Estas migrações eram compostas de grupos de indivíduos cujas línguas eram tão semelhantes que levaram a que os linguistas europeus as classifikassem numa mesma subfamília: Línguas Bantu (Bleek, 1862, Meinhof e outros). Na sua extensão geográfica elas ocupam a maior parte da África Austral, a sul de uma linha divisória que vai desde os Montes Camarões (África Ocidental) até à foz do rio Tana (África Oriental).

A caracterização da evolução das diferenciações dialectais que se transformaram em línguas autónomas torna-se difícil senão impossível antes dos contactos com os árabes e com os europeus. Isto porque os povos falantes dessas línguas não conheciam a escrita. Os estudos comparativos e lexico-estatísticos das línguas Bantu que até hoje se realizam com o intuito de determinar o grau de aproximação dialectal são, por essa razão, essencialmente baseados numa abordagem sincrónica (Ur-Bantu de Carl Meinhof, 1892(?), Comparative Bantu de Malcolm Guthrie 1967), a partir da qual se fazem extrapolações de carácter diacrónico.

Com os contactos comerciais com os árabes e o advento do colonialismo europeu em África, criam-se as condições para as línguas Bantu assumirem uma nova dimensão que vai permitir um alargamento do seu repertório lexical. Alguns filólogos, guiados pelo pensamento próprio da época, chegam até a reclamar o parentesco das línguas Bantu com as línguas Indo-Europeias (Nogueira, Sá 1954).

Este alargamento do repertório lexical das línguas Bantu, em particular, e das línguas do Continente Africano, em geral, opera-se numa correlação de forças nitidamente desequilibrada entre os dois mundos em contactos. Por um lado a língua das forças dominadoras com um estágio de desenvolvimento material relativamente superior, e, por outro, as línguas das comunidades dominadas. Antevê-se neste estado de coisas um crescimento não uniforme das línguas dos colonizados porque directamente ligado com as diferenças estratégicas utilizadas por cada sistema colonial. Com efeito, o estudo do colonialismo europeu permite identificar dois tipos ou sistemas coloniais, a saber, o sistema colonial francês e o sistema colonial britânico. Em linhas gerais, o sistema colonial francês assimilacionista, encara as sociedades colonizadas como uma massa amorfa, sem identidade cultural, sem língua. Criam-se assim condições propícias para uma actividade glotofágica (Calvet, 1981) da potência colonizadora que não

se realiza efectivamente porque a língua do colonizado partilha a mesma propriedade de uma língua natural que a do colonizador. Ela pertence simultâneamente a infra-estrutura e a super-estrutura e portanto não desaparece com o ruir de uma delas. Na tentativa de destruir a base material sobre a qual assentavam os modelos de organização da sociedade colonizada através da imposição dos valores culturais dos colonizadores, as línguas dos colonizados estancam no plano da sistematização e elaboração de uma "norma", mas elas evoluem adaptando-se à nova situação e albergando no seu seio um repertório lexical próprio da época. O sistema colonial britânico, separatista, encara as comunidades colonizadas como sendo igual à soma das partes componentes e define uma estratégia subtil de actuação que permite fazer crer que não existe sua intromissão nos assuntos intra-comunitários dos colonizados. Empenha-se em manter as partes componentes da comunidade colonizada em compartimentos étnicos e torna-os como objecto de estudo e observação científicos. Nesta "co-existência" entre colonizado-colonizador as línguas dos colonizados vão-se afirmando como intermediárias da própria penetração colonial e por isso se tornam objecto de estudo sério da potência colonizadora.

Em suma, o sistema colonial assimilacionista insiste na adopção da língua do colonizador pelo colonizado em toda a sua plenitude para uma efectiva penetração colonial e o sistema separatista advoga a aprendizagem da língua do colonizado pelo colonizador para o mesmo fim. Apesar de a consequência lógica desta diferença estratégica ser a de um relativo desenvolvimento superior no plano da normalização das línguas dos colonizados sob um colonialismo do tipo separatista, quer num como noutro sistema colonial, a comunidade colonizada encontra-se perante o mesmo dilema do fenómeno colonização. O colonizado assimilado destitui-se da sua origem e da sua cultura. O colonizado sob um sistema separatista vê a sua língua a desen-

volver-se em função do desenvolvimento material para o usufruto do colonizador.

O dilema não acaba, porém, com a destruição da base material do colonialismo, pois, ganha a independência, se torna necessário definir uma política lingüística apropriada. Aqui, todos os povos colonizados por qualquer dos sistemas coloniais têm um denominador comum que é o de, do processo de depuração social dos valores coloniais, a língua do colonizador se constituir em única exceção. No caso dos países outrora colonizados por um sistema colonial do tipo francês, a língua do colonizador é, até, muitas vezes utilizada como instrumento desse processo depurativo.

1.2. Caracterização social e numérica da situação lingüística em Moçambique

Moçambique é dos países da África Austral em cujo território não existem outras línguas africanas que não sejam da sub-família Bantu. Usando a terminologia de Guthrie (Guthrie 1967/71), as línguas Bantu de Moçambique distribuem-se em quatro zonas e oito grupos a saber:

(I) zona G:

G 40 : KI-Swahili

(II) zona P:

P 20 : Chi-Yao e Chi-Makonde

P 30 : e-Mákhwa (+ e-Lômwe, e-Chuwabo)

(III) zona N:

N 30: Chi-Nyanja

N 40: Chi-Sena

(IV) zona S:

S 10: Chi-Shona

S 50: Chi-Tsonga (+ Changana, Ronga, Tswa)

S 60: Chi-Chopi

Cada um destes grupos pode ser considerado mais um conjunto de variantes dialectais de uma mesma língua do que um conjunto de línguas dado que existe um certo grau de intercompreensão. Podemos, por isso, dizer que existem oito línguas Bantu no território Moçambicano. Em termos numéricos da população falante de cada uma delas destacam-se quatro grandes línguas sendo as outras faladas dentro das zonas de influência daquelas (Censo geral da população, 1980)¹ :

- (1) Língua e-Mákhwa - 41% (incluindo e-Lómwe e e-Chuwabo)
- (2) Língua Shi-Tsonga- 19% (incluindo Xi-Tswa)
- (3) Língua Chi-Nyanja- 10% (incluindo Chi-Sena)
- (4) Língua Chi-Shona - 8%

Estas línguas desempenham a função de línguas veiculares e são faladas como línguas segundas para uma comunicação regional e inter-étnica. Assim, a relativa intercompreensão derivada do facto de serem genética e geograficamente próximas aliada à sua função de veicularidade faz com que sejam facilmente transponíveis as dificuldades de comunicação que seriam de esperar numa situação de aparente diversidade linguística.

Pode-se assim afirmar que é "nas línguas (bantu) moçambicanas onde residem, se preservam e se transmitem os principais elementos constitutivos da identidade cultural moçambicana" (Houwana, 1983). Contudo, a opção de uma prática de comunicação linguística de Moçambique independente é mais um dos casos de aplicação da regra do jogo atrás formulado, a saber, a escolha da língua do colonizador. Só que com uma especificidade que lhe é própria e que deriva do facto de a Frelimo (movimento que lutou pela libertação de Moçambique) ter utilizado a língua do colonizador como meio para a solução de contradições internas de natureza regional e tribal no plano da comunicação durante a luta armada. Assim a língua Portuguesa ganhou uma dimensão histórica e um papel político de unificadora do Povo Moçambicano. Após a independência a língua Portuguesa assume o estatuto de língua oficial e é-lhe reservada as funções seguintes:

- (a) Língua de unidade nacional
- (b) Língua de comunicação oficial
- (c) Língua de ensino oficial

Esta declaração política sobre o estatuto e papel da língua Portuguesa faz antever as bases sobre as quais assentará uma política linguística do País mas um tanto quanto omissa porquanto não se encontra ainda, em documento oficial nenhum, declarado tão claramente como é o caso da língua Portuguesa, o papel das línguas Bantu Moçambicanas. Efectivamente uma tal declaração pragmática do uso da língua Portuguesa assenta numa realidade linguística que sociolinguisticamente se caracteriza por ser plurilingue, e o grau desse plurilinguismo pode ser especificado em dois blocos, a saber,

- (I) o uso da língua Portuguesa
- (II) o uso das línguas bantu

Os utentes das línguas dos dois blocos subdividem-se em dois grupos e de acordo com os dados estatísticos do Censo populacional de 1980 estimam-se em:

1. 24,4% da população do País fala a língua Portuguesa, dos quais
 - (a) 1,2% tem a língua Portuguesa como língua materna
 - (b) 23,2% fala a língua Portuguesa e uma ou mais línguas bantu
2. 75,6% falam apenas línguas bantu (ou outras que não o Português)

Por outro lado a população, vista em termos da sua distribuição residencial em zonas urbanas e zonas rurais e do seu grau de instrução, apresenta o seguinte espectro:

1. 13,2% reside nas cidades;
2. 86,8% reside no campo, dos quais
 - (a) 53% possuem um grau de instrução concluído e destes,
 - (b) 45% somente com o ensino primário

No tocante ao uso e domínio de cada grupo de línguas os dados acima permitem afirmar que:

- (a) a língua Portuguesa se fala mais nas cidades do que no campo;
- (b) as línguas bantu falam-se mais no campo do que nas cidades;
- (c) a língua Portuguesa fala-se menos no campo do que as línguas bantu se falam nas cidades.

Verifica-se pois que actualmente existe uma discrepância real entre a prática na comunicação linguística e a opção política de comunicação oficial que se projecta como futura política linguística do País. Esta discrepância é tanto mais notória quando o sector que desempenha o papel fundamental na vida económica do País, o campesinato, é o que efectivamente não domina ou domina mal a língua Portuguesa, veículo da linha político-ideológica e da estratégia de desenvolvimento do País.

1.3. O papel da linguística na definição de uma política apropriada à situação linguística de Moçambique

A política linguística de Moçambique que se deixa antever na opção política de comunicação oficial através da língua Portuguesa, numa sociedade plurilingue, em que para a maioria dessa sociedade a língua de comunicação oficial é estranha, deve assentar como princípio, em bases que neutralizem esta contradição real e inerente. Trata-se de, por um lado, definir uma política linguística que sirva de instrumento de:

- (a) "consubstanciação do processo de luta pela conquista da liberdade;
- (b) consolidação da unidade nacional e
- (c) combate do regionalismo, racismo e tribalismo",

e por outro lado, um instrumento que sirva de "afirmação da nossa identidade cultural através da liquidação dos resquícios da despersonalização e alienação colonialistas..." (Honwana, 1983).

Em suma, a política linguística apropriada para Moçambique deverá viabilizar duas realidades aparentemente inviabilizáveis, a saber, "uma sociedade pluri-étnica e multilingue cuja identidade cultural deriva de um património comum dos diversos ramos locais do grupo Bantu" e "a língua de unidade nacional não Moçambicana, e portanto, estranha para a maioria" (Honwana 1983).

Esta proposição constitui-se em um desafio frontal à ciência da Linguística e é aqui onde nós (os ainda poucos) linguistas moçambicanos concentramos os nossos esforços para demonstrar que é possível haver uma política linguística coerente. No quadro de uma prática de comunicação em que a língua Portuguesa desempenha a função de língua de comunicação oficial é preciso reconhecer, conforme demonstramos, que existem outros meios de comunicação linguística não de somenos importância: as línguas bantu moçambicanas. Por outro lado é preciso reconhecer que a maior contradição não reside no facto de a língua Portuguesa ser "estranha" para a maioria do Povo Moçambicano mas sim e sobretudo no desequilíbrio de estágio de descrição, sistematização e documentação que a língua Portuguesa possui e as línguas Bantu ainda não têm. Definimos assim uma estratégia global de investigação linguística que permita uma optimização do uso das línguas Bantu em harmonia com a língua Portuguesa. Uma tal estratégia é essencialmente caracterizada por uma investigação aplicada orientada para as necessidades imediatas do ensino e da comunicação no plano da informação. Assim os projectos de investigação linguística em curso na Universidade Eduardo Mondlane consistem na descrição linguística e sociolinguística das línguas moçambicanas incluindo a língua Portuguesa e na aplicação dos dados derivados daí na elaboração de programas educacionais e de informação mais sociologicamente adequados. Este exercício põe-nos um problema concreto. O estudo e descrição das línguas Bantu requer a definição de um programa global que permita a realização de tarefas

imediatas, a saber,

- (a) o estabelecimento de uma convenção nacional da grafia
- (b) a descrição e elaboração de gramáticas referenciais
- (c) a elaboração de dicionários bilingues
- (d) a determinação de variantes dialectais e fronteiras de intercompreensão com o intuito de estabelecer um atlas linguístico
- (f) a identificação de atitudes sociais para cada uma das línguas e
- (g) a elaboração de cursos de línguas bantu cuja primeira fase do seu ensino começará na Universidade.

Este trabalho deverá ser acompanhado com o estudo e descrição da língua Portuguesa tal como ela é falada em Moçambique para determinar as coordenadas principais dos processos de sua dialectalização, o que permitirá que embora esses processos sejam inevitáveis, sejam ao menos controláveis.

Perante este terreno fértil de actividade para a linguística, o problema que se nos apresenta é a falta de recursos materiais e, sobretudo, humanos. Não temos ainda pessoal suficientemente preparado. Assim as actividades em curso de Departamento de Letras Modernas se concentram na planificação curricular de um curso de Linguística em cujo perfil se definem aspectos teóricos e práticos que o graduado deveria possuir para satisfazer as linhas de investigação acima definidas.

Para uma tal definição de um curriculum de ensino da Linguística, a cooperação com os nossos colegas linguistas Portugueses será um factor estimulante e reforçará a nossa confiança de que os resultados da nossa investigação linguística servirão de base concreta para uma definição de um política linguística inequívoca apropriada para Moçambique.

Nota 1. Os dados estatísticos aqui apresentados são retirados do volume 4 "População e Escolarização" de Recenseamento Geral da População, 1980. No tocante às percentagens aqui apresentadas são uma reinterpretação da afinidade dialectal que leva o autor a colapsar dados que aparecem isolados (ex: e-Mákhwa, e-Lómwe e e-Chuwabo). Qualquer erro nesse sentido é da responsabilidade do autor.

Referência bibliográfica

- Gumperg et al. (1972) Directions in Sociolinguistics. The ethnography of Communication. Holt, Rinehart E. Winston
- Wald, Paul et al. (?) Plurilinguisme, normes, situations et strategies (pp 25-40) Editions l'Harmattan, Paris
- Calvet, J.L. (1981) Linguistique et Colonialisme, P.U.F. Paris
- Nogueira, R. de Sá (1954) Não virão de um mesmo tronco as línguas Bantos e as Indo-Europeias? Lisboa, Instituto de Línguas Africanas e Orientais
- Honwana, L.B. (1983) Contribuição para a definição de uma política linguística na R.P.M., Maputo, U.E.M.
- Katupha, J.M.M. (1984) O bilinguismo na Educação formal e não formal Comunicação apresentada no Seminário sobre a Comunicação Social em Apoio aos Programas de Desenvolvimento - UNESCO/INUAP, Maputo, 12 de Novembro a 7 de Dezembro.

DEBATE

ÓSCAR LOPES. Emociona-me profundamente verificar a total diferença que há entre a maneira como foram construídas as nações e os estados europeus e a maneira como está a ser construída uma nação, um estado africano nos dias de hoje.

Nós sabemos que nos estados europeus, pelo menos numa grande parte deles, o que se verificou foi um etnocídio, um genocídio cultural. O occitânico, o saboiano, quer dizer línguas célticas, foram cilindradas, foram completamente esmagadas. Porque a unificação se fez em termos de luta de classes, em termos de contradições essenciais e essas contradições é que impunham efectivamente um cilindro esma-

gador da expressão espontânea das camadas sociais mais numerosas.

Apesar da extrema modéstia de recursos, da extrema dificuldade de material como a que há em Moçambique, nós estamos a ver como o procedimento é completamente diferente. É o reconhecimento antes de mais nada de uma situação de facto em que há uma língua de colonizador, mas a língua do colonizador foi também a língua do movimento de emancipação. Foi a língua da Frelimo. Este é um facto extremamente complexo e contraditório.

Por outro lado, existe um certo número de línguas nacionais que estão em estados diferentes de estudo, mas que também é necessário dignificar com estudos gramaticais, com estudos lexicográficos e introduzir no ensino porque senão isso cria barreiras que são intransponíveis.

Por isso só tenho dois pontos muito breves a salientar. O primeiro ponto é o da saudação a Moçambique por parte dos portugueses que compreenderam sempre o povo de Moçambique, que compreenderam as suas diferenças, que compreenderam que os seus destinos eram diferentes e que compreendem hoje que devemos colaborar uns com os outros fraternalmente.

Por outro lado, eu gostava de saber o seguinte. Deve haver muito poucos dados sobre derivas da evolução do Português em Moçambique. Conheço alguma coisa acerca de Angola, muito pouco e bastante recente, mas não faço ideia nenhuma se se fez um levantamento, pelo menos preliminar, de derivas do Português falado em Moçambique, explicáveis naturalmente pelo substracto bantu, e com as quais se deve contar para a definição precisamente da variante idiomática do Português em Moçambique.

JOSE KATUPHA. Logo após a independência, constituiu-se um grupo de levantamento do Português falado em Moçambique. Mas, como era natural, este grupo estava imbuído na euforia da independência e o projecto de investigação sobre o levantamento dos processos de dialectali-

zação da língua Portuguesa foi mal definido e por isso os resultados foram desastrosos. Neste momento esse projecto parou (A minha colega Inês Machungo, aqui presente, trabalhou nesse projecto). De facto esperamos o regresso de outros linguistas (da minha colega e de um outro que está em Inglaterra) para recomeçarmos esse trabalho.

Para as pessoas que fazem investigação em Moçambique, sobre qualquer tipo de análise da língua portuguesa, um dos maiores problemas de hoje reside no facto de saberem o que é erro e o que não é erro e se é erro em relação a que é que é erro; quais são os parâmetros que definem um português como sendo próprio de Moçambique. Isso ainda não foi feito. Mas há um processo de trabalho que é feito no INDE (Instituto Nacional de Desenvolvimento) que também tenta localizar as áreas e as diferenças, mais no plano sintáctico do que no plano lexical.

MARIA HELENA MIRA MATEUS. Eu não ouvi o início da comunicação e portanto não sei se o Mateus falou de aspectos concretos sobre os quais ele faria propostas de colaboração dos portugueses. Eu pessoalmente sou extremamente sensível a estes problemas e inclusivamente já dei a minha colaboração em Moçambique e desejaria continuar a dá-la. Penso que essas propostas concretas deveriam vir e sei que está para abrir um curso de Linguística na Universidade Mondlane. Portanto há necessidades concretas de pessoas.

Por outro lado, há também uma associação de que o Mateus já me falou, mas de que talvez pudesse dar conhecimento aqui, com a qual nós poderemos entrar em contacto institucional.

E finalmente deve ser possível que a Associação Portuguesa de Linguística também reflita sobre uma proposta a fazer de colaboração, como instituição, relativamente a estas necessidades, se a ela for sensível a Assembleia como eu própria sou. E essa proposta pode realmente vir de alguém (ou "alguêns") que estude(m) a questão e que pen-

se(m) o que é que se pode oferecer. No fundo, eu penso que é preciso incentivar essa iniciativa. Que é que nós também temos a ganhar de um trabalho feito com estes países? Porque a Linguística não se restringe ao estudo da descrição da língua portuguesa falada em Portugal. Não só ela se deve estender à língua falada noutros países como também é do âmbito do trabalho da Linguística estudar as línguas. Enfim, neste caso específico, temos um campo aberto, no domínio das línguas bantus.

Portanto, creio que nós só temos a beneficiar com uma abertura, exactamente até pela motivação que isso nos traz, uma abertura de um campo para um trabalho de pesquisa.

JOSÉ KATUPHA. Sobre aspectos concretos que eu gostaria de propor aos linguistas portugueses, neste momento a cooperação já está de facto aberta. Como eu acabava a minha comunicação, o maior apoio neste momento será daqueles linguistas que se sentirem com vontade de trabalhar connosco e de nos apoiar na definição e na planificação deste curso de Linguística que estamos a elaborar. Este curso de Linguística, licenciatura em Linguística, tem por objectivo formar primeiro que tudo investigadores. Foi o próprio governo Moçambicano, na sua reunião do partido, 11ª sessão do Comité Central, que decidiu que se deveria estudar a situação linguística em Moçambique.

A partir daí, nós respondemos oferecendo as nossas capacidades, que são limitadas, na elaboração deste curso de Linguística. Eu sei que alguns professores de linguística desta Faculdade e de outras Faculdades em Portugal já se propuseram. Esta é a primeira tarefa. Em relação à Associação, a região da África Austral, excluindo a África do Sul, organizou-se naquilo que se chama SADIC (South Africa Development Conference: Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral). Dentro desta organização nós, os linguistas da zona, fundámos uma Associação de Linguística que se destina à resolução do problema da comunicação linguística na zona. É claro que nós somos uma

ilha. Somos os únicos que utilizamos a língua portuguesa e a influência é claramente inglesa. E depois cada pessoa que é formada tende a conservar um cordão umbilical com o país onde foi formado. Eu também fui formado em Inglaterra; então a tendência traduz em ver à moda inglesa todas as perspectivas no plano da solução dos problemas. Por isso, os linguistas portugueses têm de actuar, se não vão perder o comboio.

ISABEL FARIA. Eu acho importante acentuar que durante anos, de facto, a língua portuguesa parecia gerir-se entre Portugal e o Brasil. E, hoje em dia, a atitude extremamente intervencionista dos países que escolheram o português como língua oficial parece-me uma atitude extremamente activa no sentido de tomarem em mãos também o que se pode vir a fazer no âmbito do sistema do português no resto do mundo.

Por isso, pareceu-me agora, pela última explicação que o Mateus deu, que havia, apesar de tudo, problemas de localização dos países que faziam relações preferenciais com os países vizinhos, e nomeadamente Moçambique com os países de língua inglesa. Eu gostava de saber se Moçambique tem de facto relações no fundo com as ex-colónias, outros países que escolheram a língua portuguesa como língua oficial; gostava também, se fosse possível, que explicasse porque é que se saiu finalmente um pouco do folclore. Enfim, daquilo que parece mais fácil que é ver quais são as modificações da língua portuguesa pela adopção de algum léxico das línguas bantas. (Essa fase de facto já teve o seu tempo). E gostava que explicasse porque é que se considera especialmente importante a atenção dada à sintaxe e se isso de facto não tem a ver com aquilo que me parece mais ou menos importante e que é a determinação dos valores culturais com a expressão sintáctica na utilização de um outro sistema linguístico.

JOSE KATUPHA. Moçambique tem tido relações com os outros países, as ex-colónias portuguesas. Existe também a organização dos cinco, que são as cinco ex-colónias portuguesas, e parece que agora somos seis porque incluímos a Guiné Equatorial. Existe por isso uma organização que não só tenta resolver os problemas económicos mas também questões relacionadas com a educação, com o bilinguismo: questões desta natureza.

Portanto existe um grande esforço. Simplesmente, nós começámos por estratégias diferentes. Angola—por exemplo, fez uma grande campanha na definição dos alfabetos das línguas nacionais para a sua utilização na alfabetização. Mas uma das falhas dessa programa residia no facto de que importaram tudo: os linguistas que determinaram os alfabetos, as máquinas e os computadores. Depois de acabado o trabalho, eles regressaram. Agora os angolanos não podem fazer alfabetização porque não se avançou nessa área. Nós, em Moçambique, começámos justamente pela formação dos quadros. E depois continuaremos com o português, tal como ele funciona. Portanto existe uma grande relação ao nível da cooperação nesse plano. Agora porque é que as pessoas se interessam mais pela sintaxe do que por outras áreas? Não tenhamos ilusões. Em Moçambique não temos linguistas ainda. Os investigadores que temos são amadores. São amadores porque não há outra possibilidade. Temos que fazer nós mesmos. E então a tendência incide sobre a área da sintaxe. Ouvi aqui, esta manhã, que os estudantes não gostam muito do que se relaciona com a Fonética e a Fonologia porque requer uma abstracção muito elevada. Isto também se pode dizer relativamente aos meus colegas e a mim próprio. A área da Sintaxe é mais agradável. Morfologia e Sintaxe permitem mais facilmente especulação do que a Fonética e a Fonologia. Mas a preferência pela investigação na área da Sintaxe é motivada pelo ensino da língua portuguesa. Os erros de estrutura da frase atraem mais os investigadores que temos. Por isso mesmo, a predominância nessa área.

Também havia um projecto de investigação relacionado com os processos de dialectalização da língua portuguesa, que foram definidos pelo professor (...) .Mas ele desapareceu.Veio para aqui e nunca mais soubemos dele.